

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

REBECA DA SILVA SOUZA

**INSUBORDINAÇÃO COMO RECURSO DISCURSIVO EM NARRATIVAS
RELIGIOSAS: UMA ANÁLISE DE CARTAS BÍBLICAS E MÚSICAS CRISTÃS**

Rio de Janeiro
2025

FOLHA DE ROSTO

Rebeca da Silva Souza

**INSUBORDINAÇÃO COMO RECURSO DISCURSIVO EM
NARRATIVAS RELIGIOSAS: UMA ANÁLISE DE CARTAS BÍBLICAS
E MÚSICAS CRISTÃS**

Monografia submetida à Faculdade de Letras
da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em Letras na habilitação
Português/Inglês.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Violeta Virginia Rodrigues

Rio de Janeiro
2025

CIP - Catalogação na Publicação

289i Souza , Rebeca
INSUBORDINAÇÃO COMO RECURSO DISCURSIVO EM
NARRATIVAS RELIGIOSAS: UMA ANÁLISE DE CARTAS
BÍBLICAS E MÚSICAS CRISTÃS / Rebeca Souza . --
Rio de Janeiro, 2025.
32 f.

Orientador: Violeta Virgínia Rodrigues .
Coorientador: Marcelo Affonso .
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Letras, Licenciado em Letras: Português -
Inglês, 2025.

1. Insubordinação como recurso discursivo . I.
Rodrigues , Violeta Virgínia , orient. II. Affonso ,
Marcelo , coorient. III. Título.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

REBECA DA SILVA SOUZA

DRE: 119044850

**INSUBORDINAÇÃO COMO RECURSO DISCURSIVO EM
NARRATIVAS RELIGIOSAS: UMA ANÁLISE DE CARTAS BÍBLICAS
E MÚSICAS CRISTÃS**

Monografia submetida à Faculdade de Letras
da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em Letras na
habilitação Português/Inglês.

Data de avaliação: 22/ 07/2025

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Violeta Virgínia Rodrigues

Prof.^o Marcelo Rodrigues Affonso Junior

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha teacher Amanda por tornar essa conclusão possível. Entrei na universidade e, no primeiro dia, eu tomei o maior susto da minha vida: todos eram fluentes em inglês, exceto eu. Dois anos depois, Deus nos apresentou e tudo se tornou possível. Você me ensinou tudo o que sei. Você vivenciou cada mínima conquista; desde destrancar a primeira matéria de inglês até apresentar o último seminário. Obrigada por percorrer essa jornada comigo. Obrigada por tudo porque não tenho espaço suficiente para escrever aqui.

Agradeço à minha mãe por nunca ter me permitido tirar notas baixas, por olhar meu caderno sempre que eu voltava da escola, por não faltar a nenhuma reunião dos pais, por ser tão dedicada ao ponto de ter sido eleita a mãe cuja filha tinha o uniforme mais limpo da escola. Mãe, obrigada por encapar todos os nossos cadernos com papel de presente. Foi de caderninho em caderninho que fui conduzida a uma universidade federal, e hoje saio formada como letróloga com três habilitações. Te dedico essa conquista, minha querida mãe.

Agradeço à minha irmã Ruth por sempre me ouvir. Na verdade, obrigada por me compreender. Só você e eu sabemos o que é morar a três horas de distância da faculdade e ter que pegar dezenas de conduções. Só você sabe o que é sair empurrando a bicicleta às 04h30 da manhã porque a rua está com muita lama e é impossível pedalar. Só você sabe como é o sentimento de inferioridade que nos invade quando entramos naquele lugar. Obrigada por suportar o processo comigo. Hoje, eu te agradeço, pois a minha jornada chegou ao fim. Muito em breve, será você, meu pequeno gênio.

Agradeço ao meu pai por nunca ter deixado nos faltar o alimento. Obrigada por nos incentivar a estudar, por me esperar na Central do Brasil para voltarmos juntos, mesmo que você estivesse muito cansado após um longo dia de trabalho. Obrigada por sentir um orgulho absurdo de mim. Te dedico essa conquista!

Agradeço ao Gabriel pelo colinho quente todas as vezes que eu quis jogar tudo para o alto. Obrigada por resistir e aguentar firme a minha ausência quando eu precisei me dedicar a escrita da monografia. Obrigada pelo incentivo de sempre, meu amor.

Quero agradecer à Luana, que após uma longa conversa de 2h, me encorajou a sentar e escrever essa monografia.

Agradeço à Marta por chamar minha atenção, em todas as sessões, para que eu sentasse e escrevesse esse trabalho. Doe, mas escrevi.

5. Aqueles que semeiam com lágrimas,
com cantos de alegria colherão.

6. Aquele que sai chorando
enquanto lança a semente,
voltará com cantos de alegria,
trazendo os seus feixes.

(Salmos 126. 5-6)

RESUMO

Este trabalho investiga a insubordinação como recurso discursivo em narrativas religiosas, com foco em cartas bíblicas e músicas cristãs. A insubordinação é compreendida como a ocorrência de cláusulas formalmente subordinadas que se apresentam de forma independente sintaticamente. Com base na teoria funcionalista da linguagem e nas contribuições de autores como Evans (2007), Mithun (2008), Cristofaro (2016) e Rodrigues (2021), esta pesquisa analisa as treze cartas do apóstolo Paulo e treze músicas religiosas extraídas de plataformas digitais. Os resultados encontrados indicam que as cláusulas insubordinadas são recorrentes nesses gêneros, atuando como ferramentas de interação interpessoal, especialmente para expressar desejos, exortações e conselhos.

Palavras-chave: insubordinação; discurso religioso; funcionalismo; cartas; músicas.

ABSTRACT

This paper investigates insubordination as a discursive resource in religious narratives, focusing on biblical letters and Christian songs. Insubordination is understood as the occurrence of formally subordinate clauses that are syntactically independent. Based on the functionalist theory of language and the contributions of authors such as Evans (2007), Mithun (2008), Cristofaro (2016) and Rodrigues (2021), the research analyzes thirteen letters of the apostle Paul and thirteen religious songs extracted from digital platforms. The results indicate that insubordinate clauses are recurrent in these genres, acting as interpersonal interaction tools, especially to express wishes, exhortations and advice.

Keywords: insubordination; religious discourse; functionalism; letters; songs.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Continuum</i> proposto por Evans (2007)	11
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - <i>Corpus</i>	23
Gráfico 2 - Noção semântico-pragmática	24

LISTA DE SIGLAS

GT - Gramática Tradicional

NAA - Nova Almeida Atualizada

Sumário

Sumário

1. INTRODUÇÃO	10
2. FUNCIONALISMO	13
3. INSUBORDINAÇÃO	15
3.1 Elipse	15
3.2 Extensão funcional	18
3.3 Desengajamento clausal	19
4. DESGARRAMENTO	21
4.1 Unidade informacional.....	21
4.2 Desgarradas ou insubordinadas?	22
5. METODOLOGIA	26
6. RESULTADOS.....	28
7. CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende descrever o uso de orações insubordinadas dentro de contextos religiosos. Para isso, buscou-se compreender o emprego destas construções nos discursos cristãos.

Para a comprovação da tese de que orações insubordinadas são um recurso discursivo importantes no meio cristão, dada sua função de interação interpessoal, foram analisadas as treze cartas escritas pelo apóstolo Paulo e, posteriormente, colecionadas na Bíblia Sagrada e treze músicas religiosas disponíveis nas plataformas Youtube, Spotify, no *site* Letras Music, dentre outras.

A escolha do *corpus* foi feita baseada em seu uso. Cartas - compiladas nos escritos bíblicos - e músicas são os gêneros textuais mais utilizados entre os fiéis das igrejas cristãs protestantes brasileiras, que incluem Batistas, Presbiterianas, Assembleias etc. Em nossa pesquisa, notamos que cláusulas insubordinadas são um rico recurso que auxilia seus usuários a produzirem falas diretas e objetivas.

Apesar de sua utilidade, o fenômeno em discussão é pouco conhecido. Portanto, nosso intuito é explicá-lo aos nossos leitores, e fornecer dados comprobatórios de seu uso nos ambientes citados acima.

O termo insubordinação foi cunhado por Evans (2007) em sua obra *Insubordination and its uses*. Segundo o autor, insubordinadas são cláusulas formalmente similares a orações subordinadas, mas que, convencionalmente, foram produzidas como orações sintaticamente autônomas. Isto é, estas cláusulas possuem características formais idênticas às subordinadas, contudo, cumprem função de oração independente sintaticamente.

O fenômeno retratado nesta pesquisa não recebe o tratamento adequado pela gramática tradicional (GT) e, por isso, carece de investigações. Alguns gramáticos, como Cunha e Cintra (1985), tecem algumas ponderações indiretas sobre o assunto, na parte de sua gramática referente à pontuação. Nas palavras dos autores,

O PONTO tem sido utilizado pelos escritores onde os antigos poriam PONTO-E-VÍRGULA ou mesmo VÍRGULA. Trata-se de um eficiente

recurso estilístico, quando usado adequada e sobriamente. Com a segmentação de períodos compostos em orações absolutas, ou com a transformação de termos destas em novas orações, obriga-se o leitor a ampliar as pausas entre os grupos fônicos de determinado texto, com o que lhe modifica a entoação e, conseqüentemente, o próprio sentido. As orações assim criadas adquirem um realce particular; ganham em afetividade e, não raro, passam a insinuar ideias e sentimentos inexprimíveis numa pontuação normal e lógica. (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 632)

Cunha e Cintra (1985) verificaram que alguns escreventes utilizam ponto final em vez de vírgula ou ponto e vírgula antes de cláusulas com aparência de subordinadas. Segundo os gramáticos, alguns autores optam pelo uso do ponto final para destacar e dar ênfase às cláusulas que, a princípio, seriam subordinadas. Do ponto de vista dos autores, a escolha da pontuação terminativa tem, nesse caso, motivação estilística. Apesar do trabalho desenvolvido por alguns autores para explicar o uso independente das cláusulas subordinadas, as análises se mostraram insuficientes para descrever o fenômeno.

Portanto, para esta pesquisa, foram lidas obras de autores de vertente funcionalista, que observam e descrevem a língua a partir das situações reais de uso. Com base nos trabalhos de Decat (1999), Evans (2007), Mithun (2008), Hirata-Vale (2015), Cristofaro (2016), Rodrigues (2021), Rodrigues e Baroni (2021) foi feita uma análise de dados que comprovaram o uso recorrente de orações insubordinadas nos ambientes de fé e crença. Neste trabalho, focalizamos a ocorrência das “completivas” independentes.

Cláusulas como “que Deus te abençoe”, “que Deus te guarde” são classificadas como orações subordinadas substantivas objetivas diretas, quando acompanhadas de uma oração principal, como explicam Baroni e Rodrigues (2021). No entanto, a sua ocorrência de modo independente, isto é, sem vínculo com uma principal, não é tratada pela Gramática Tradicional (GT).

Em nosso trabalho, encontramos diversas cláusulas, aparentemente, subordinadas, mas que, usualmente, são expressas de forma independente sintaticamente. Como o exemplo destacado abaixo:

Que a graça e a paz de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo estejam com vocês. (II Tessalonicenses 1.2)

A passagem citada é uma saudação do apóstolo Paulo, homem designado para admoestar as igrejas das regiões da Ásia, Grécia, Síria, etc., aos moradores de Tessalônica. Além deste, outros cumprimentos como este foram encontrados em suas cartas, e destacados nessa pesquisa.

Entendemos que o fenômeno em questão foi bem analisado e descrito por autores de vertente funcionalista. Assim, no item 2, explicamos como a língua é concebida e tratada por esta teoria linguística. Como representante de tal perspectiva, optamos por ler e referenciar a obra *A visão funcionalista da linguagem no século XX*, de Martelotta e Kennedy (2003). Em 3, separamos alguns precursores dos estudos linguísticos sobre insubordinação, que discorrem sobre diferentes teorias para explicar o surgimento de cláusulas subordinadas que se materializam, sintaticamente, de modo independente. Para isso, destacamos as obras de Evans (2007), Mithun (2008) e Cristofaro (2016). Postulamos, em 4, a noção de desgarramento de cláusula concebida por Decat (1999), que enquadra as orações desgarradas no conceito de “unidade informacional”. Além disso, discorremos sobre as subcategorias que Rodrigues (2021) adequa a cada oração - se contextual, cotextual ou pragmática. Descrevemos em 5 a metodologia utilizada para analisar os dados encontrados. Em 6, expomos os resultados obtidos por meio das análises quantitativas. E, por fim, em 7, fechamos nosso estudo e dissertamos sobre as conclusões alcançadas e as pendências a serem exploradas em estudos posteriores.

2. FUNCIONALISMO

Funcionalismo é a teoria linguística que estuda a língua com base em seu uso e sua funcionalidade. Os princípios desta corrente se fundamentam nos postulados de que os elementos linguísticos adquirem seus valores por meio da interação com outros componentes dentro e fora da sentença.

Martelotta e Kennedy (2003) explicam que foi a partir de Saussure que a língua recebeu o *status* de sistema e começou a ser entendida como uma organização de elementos que interagem entre si e produzem um significado. Saussure apresenta a língua como dicotômica, que se divide nos seguintes pares: língua e fala, sintagma e paradigma, sincronia e diacronia, significante e significado. Tais pressupostos contribuíram para que a linguagem fosse concebida como uma ciência digna de estudos. Segundo a vertente Estruturalista, da qual Saussure é o precursor, a língua é um sistema autônomo, e, portanto, sua análise deve se limitar aos elementos internos.

Mas, como ressaltam Martelotta e Kennedy (2003), em Praga, sob a influência do filósofo Karl Buhler, os estudos focalizados na estrutura da língua receberam novos rumos e a língua passou a ser analisada tendo em vista sua funcionalidade. Buhler estabeleceu que a linguagem tem três funções primárias: expressiva, apelativa e representativa. Essas concepções, que estabelecem que a linguagem é uma ferramenta para pensar e interagir socialmente, foram importantes para a criação do funcionalismo linguístico. Com isso, o sistema linguístico deixou de ser investigado somente considerando os componentes internos. Em vez disso, os elementos externos à língua passaram a ser vistos como propriedades dignas de análise.

Martelotta e Kennedy (2003) afirmam ainda que a língua é um instrumento que comunica as experiências humanas e, por isso, não pode ser concebida de maneira autônoma e dissociada das situações reais de uso. De acordo com os autores, os termos linguísticos estão a serviço da intenção comunicativa do falante. Portanto, eles defendem que os constituintes de uma sentença interagem entre si de modo a estabelecer a comunicação. Para tanto, segundo afirmam, a ordem como as palavras se organizam dentro de uma estrutura, por exemplo, é um fator importante para que a informação seja transmitida com efetividade.

Além da articulação entre os elementos gramaticais, há a interação que as unidades linguísticas estabelecem com o contexto. Nas palavras de Kenedy e Martelotta (2003, p.19),

o chamado polo funcionalista caracteriza-se pela concepção da língua como um instrumento de comunicação, que, como tal, não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical.

Com vista ao exposto, na seção seguinte será discutido sobre insubordinação. Nela trataremos do ponto de vista dos autores precursores dos estudos do fenômeno.

3. INSUBORDINAÇÃO

Nesta seção, faremos uma exposição dos ideais de Evans (2007), Mithun (2008) e Cristofaro (2016). Os autores apresentam diferentes explicações para a origem das cláusulas insubordinadas. Destacamos, contudo, que as visões, por vezes, não se contrapõem, mas se complementam. Entendemos que o diálogo entre as referidas obras enriquece o estudo e contribui para a explicação do surgimento das diferentes cláusulas encontradas no *corpus*.

3.1 Elipse

Para explicar o padrão de articulação entre orações, Evans (2007) salienta que orações finitas são prototipicamente cláusulas principais. Estas são definidas como finitas dada sua habilidade de ocorrerem em orações principais. Por outro lado, ele afirma que orações não finitas são subordinadas.

Apesar do consenso entre os gramáticos sobre tal definição, em seu trabalho *Insubordination and its uses*, Evans (2007) investiga orações que formalmente apresentam características de subordinadas, mas que se comportam como principais. O autor explica que essas orações são consideradas problemáticas pela gramática tradicional (GT), uma vez que não se encaixam nos padrões de sua categoria de articulação de período composto por subordinação.

Ao escrever uma gramática para línguas aborígenes australianas, em 1995, Evans (2007) se deparou com o desafio de classificar orações que têm características de subordinadas, mas que se materializam como independentes, sintaticamente. A partir disso, o linguista propôs o estudo de tais estruturas e as classificou como orações *insubordinadas*.

Para explicar o uso de orações com forma de subordinadas, sintaticamente, independente, Evans (2007) propõe algumas hipóteses: I) julgar que há a ocorrência de elipse da principal, II) admitir que essas sejam orações finitas que falham em dar informações de tempo, modo e pessoa e/ou III) abolir a tese de que somente orações finitas podem ser principais.

Segundo o autor, algumas características formais subordinativas que essas construções apresentam são: a) uso de verbos infinitivo ou subjuntivo como principais; b) a ordem como as palavras se organizam dentro da oração; c) a presença de complementizadores subordinativos, ou conjunções que aparecem em principais; d) pronomes logofóricos, e) orações não finitas,

dentre outros. Além de suas características formais, o autor também destaca as funções que orações chamadas insubordinadas podem desempenhar. Dentre elas estão a coerção interpessoal, comandos, permissão, ameaças e avisos, bem como o seu uso deôntico para dar permissões, conferir obrigações e proibições.

Como nos mostra Evans (2007), para que uma oração subordinada assuma o *status* de oração independente, cujo sentido é completo, sem que haja a necessidade de articulação sintática com uma oração principal, ocorre um processo evolutivo. Conforme explica em seu trabalho, a sistematização de construções insubordinadas ocorre por meio de I) elipse, II) restrição convencionalizada da interpretação do material elipsado e III) desenvolvimento do uso convencionalizado como oração principal.

Evans (2007) explica que para que uma oração seja convencionalizada como insubordinada, as suas características não devem ser consideradas como traços de subordinação; mas em vez disso, têm de ser julgadas como um indicativo de que aquela construção se originou de uma subordinada, em algum momento na história. Para explicar sua tese, o autor elaborou um *continuum* que detalha o processo pelo qual uma oração subordinada passa para dar origem a uma cláusula independente. É o que se mostra no quadro 1:

SUBORDINAÇÃO	ELIPSE	ELIPSE CONVENCIONALIZADA	REANÁLISE COMO ORAÇÃO PRINCIPAL
Construção subordinada	Elipse da oração principal	Restrição de interpretação do material elipsado.	Uso convencionado como principal das orações formalmente subordinadas.

Quadro 1: continuum proposto por Evans (2007, p. 370)

Os quatro estágios são, de acordo com Evans (2007), o trajeto pelo qual uma oração percorre para deixar de ser sintaticamente dependente para passar a ser uma estrutura independente. A primeira é a fase em que uma oração está articulada à sua principal e funciona como termo dela, como classificam as gramáticas tradicionais (GT). Na segunda etapa, a oração principal é elipsada e a sua subordinada passa a ser usada de modo autônomo. Nesta fase, os interlocutores são capazes de inferir quais são as possíveis orações principais que se encaixam e completam a sentença. Na fase seguinte, as opções de orações principais elipsadas se restringem a um número reduzido, o que limita o escopo de escolhas para o preenchimento do espaço vazio. E, por fim, na última etapa do processo de insubordinação, a estrutura deixa de

ser vista como uma oração que se desligou de uma principal e se torna convencionalmente aceita como uma estrutura independente, com significado e entonação próprios.

Em nosso exemplo, é possível verificar uma cláusula que apresenta os padrões explicados por Evans (2007). Estima-se que tal cláusula tenha passado pelo *continuum* referido pelo autor e se desprendido de sua principal.

.Portanto, sejam imitadores de Deus, como filhos amados. 2E vivam em amor, como também Cristo nos amou e se entregou por nós, como oferta e sacrifício de aroma agradável a Deus.

Que a imoralidade sexual e toda impureza ou avareza não sejam nem sequer mencionadas entre vocês, como convém a santos. (Efésios 5.1-3)

A seguir, veremos as ponderações de Mithun (2008) sobre a proposta de Evans (2007).

3.2 Extensão funcional

Mithun (2008), também, discorre sobre a insubordinação ao explicar o uso independente de cláusulas com forma de subordinada, mas uso independente a partir da concepção de Extensão Funcional. Segundo a autora, o mecanismo de elipse, defendido por Evans (2007) para explicar a origem de construções independentes, não é suficiente, uma vez que este não explica a ocorrência de orações independentes que não nasceram do apagamento de uma principal.

Sob o ponto de vista da autora, algumas cláusulas se materializam como independentes, mesmo com forma de dependente, porque a sua dependência não se dá no nível sintático, mas no nível discursivo. Ou seja, tais cláusulas não se vinculam a outras para estabelecer sentido; em vez disso, elas se prendem ao contexto e a compreensão destas cláusulas se dá no domínio discursivo-pragmático. Logo, a função subordinativa se expande e a dependência é estabelecida entre a oração e o contexto, em vez de ocorrer, como esperado pela GT, entre orações dentro de um mesmo período gráfico e sintático. Dessa forma, os marcadores de subordinação passam a ser elementos que ligam as insubordinadas ao discurso, e não à sintaxe, como afirma a autora.

No exemplo a seguir, veremos que a cláusula em destaque não está ligada a nenhuma principal, mas sua mensagem é compreendida graças ao contexto ao qual ela está inserida, bem como defende Mithun (2008).

Alegrem-se sempre no Senhor; outra vez digo: alegrem-se!

5Que a moderação de vocês seja conhecida por todos. Perto está o Senhor. 6.Não fiquem preocupados com coisa alguma, mas, em tudo, sejam conhecidos (Filipenses 4 e 5).

A seguir, discorreremos sobre o conceito de desengajamento clausal, de Cristofaro (2016), para explicar também a ocorrência das cláusulas insubordinadas.

3.3 Desengajamento clausal

Sob o ponto de vista de Cristófaró (2016), a insubordinação é um fenômeno complexo que pode se originar de diferentes mecanismos, como a elipse, de Evans (2007), a extensão funcional, de Mithun (2008) e, também, do que Cristófaró (2016) denominou de *desengajamento clausal*. Segundo a autora, o surgimento de uma construção insubordinada não se limita a um único processo, mas diferentes orações passam por processos distintos de insubordinação. Além disso, uma cláusula independente pode ser resultado de diferentes mecanismos de insubordinação, que atuam simultaneamente, como assegura a autora.

Cristofaro (2016) propõe o conceito de desengajamento *clausal* para explicar a origem de determinadas construções independentes. Segundo a autora, as cláusulas insubordinadas são estruturalmente semelhantes às orações subordinadas; contudo, elas possuem funções específicas. No que Cristofaro (2016) chama de *desengajamento clausal*, as cláusulas com forma de dependente, mas com função independente, são usadas para iniciar um novo tópico no diálogo, cujo falante e ouvinte conhecem o conteúdo.

Apesar de sua similaridade com as construções subordinadas, Cristófaró (2016) explica que as insubordinadas são unidades auto sustentáveis, uma vez que dispõem de independência sintática, semântica, pragmática e prosódica. Elas não se referem a nenhum termo de uma oração elíptica, como propõe Evans (2007), e nem carregam nenhuma relação de significado com uma subordinada. Logo, essas cláusulas não são termos de outra oração e possuem entonação própria. Elas são, geralmente, ditas após uma longa pausa ou, em alguns casos, por outro falante que inicia outro turno da conversa, ou responde a uma pergunta, como afirma a autora.

As razões para o uso dessas construções são diversas, como sugere Cristofaro (2016). Elas podem ser utilizadas para: 1) reabrir o turno da conversa para reelaborar a última declaração feita; 2) concordar com o outro falante; 3) demonstrar para o outro que compreendeu o que foi dito etc. Vale ressaltar que nestas funções as insubordinadas podem ser usadas sem a presença do trecho do discurso ao qual ela faz referência.

Embora tenha proposto outro mecanismo por meio do qual uma oração insubordinada pode ter origem, Cristófaró (2016) não descarta as hipóteses dos autores anteriores. A autora salienta que o desengajamento clausal envolve a expansão do contexto de uso, bem como a *Extensão Funcional*, defendida por Mithun (2008). Além disso, ela assegura que algumas línguas evidenciam que a Extensão Funcional de Mithun (2008) surge por meio da Elipse, de

Evans (2007). Ademais, Cristófaró (2016) sugere que uma insubordinada pode surgir do processo de elipse e então passar a elaborar o tópico do discurso.

Segundo a análise de Cristófaró (2016), a elipse da oração principal ocorre pelo fato de que o material elipsado é periférico e seu significado é facilmente recuperável pelo contexto. Isso pode ser percebido em contextos religiosos, em que cláusulas que declaram coisas boas ao próximo são recorrentemente usadas. Logo, torna-se altamente compreensível a intenção volitiva do falante. Outro fator que contribui para a elipse é a frequência com que determinadas construções são usadas. A repetição da cláusula viabiliza o apagamento da principal, como explica a autora. Além disso, a escolha recorrente de não articular a oração principal junto à subordinada faz com que as subordinadas assumam o significado total da sentença, segundo Cristofaro (2016).

Podemos verificar, no exemplo a seguir, as intenções volitivas do autor expressas por meio de uma cláusula insubordinada, que assume um sentido completo, bem como explica Cristofaro (2016).

15. Que a paz de Cristo seja o árbitro no coração de vocês, pois foi para essa paz que vocês foram chamados em um só corpo. E sejam agradecidos. **16Que a palavra de Cristo habite ricamente em vocês.** Instruam e aconselhem-se mutuamente em toda a sabedoria, louvando a Deus com salmos, hinos e cânticos espirituais, com gratidão no coração. (Colossenses 3.15 e 16).

Além de insubordinadas, cláusulas sintaticamente independentes, também, recebem o *status* de desgarradas. Na sessão seguinte, discutiremos sobre esta definição.

4. DESGARRAMENTO

4.1 Unidade informacional

Decat (1999) postula que análises que se prendem às características formais das orações tendem a classificar todas as cláusulas subordinadas como dependentes. Contudo, em suas pesquisas, a autora mostra que subordinação não resulta em dependência, e reforça que cláusulas subordinadas podem existir de modo isolado. Segundo a autora, cláusulas isoladas de uma principal podem ser consideradas enunciados, uma vez que constituem frases com sentido completo, e dispõem de “independência conceitual”. Isto é, ela, sozinha, expressa uma ideia.

Decat (1999) postula que uma cláusula subordinada é um fundo, um *background* para a sua principal. Assim, no caso de cláusulas desgarradas, que não possuem uma principal que carece de um fundo, a subordinada pode ocorrer isolada e veicular sua própria informação. Para explicar o fenômeno de desgarramento, Decat (1999) propõe uma análise baseada na noção de “unidade informacional”. Chafe (1980) explica que uma unidade informacional é um “jato de linguagem” que expressa a ideia central do falante, como afirma Decat (1999). Esse jato abarca cerca de sete palavras, e seu início e fim são marcados pela entonação. Neste “jato”, o locutor expressa o tema de sua fala.

Nos moldes da gramática tradicional (GT), uma oração subordinada serve para completar o sentido de sua principal. Por outro lado, na visão de Decat (1999), o processo de articulação entre orações serve para expandir a unidade de informação veiculada pelo falante. O fato de uma cláusula constituir um enunciado, isto é, uma frase de sentido completo, a caracteriza como uma unidade informacional, consoante a autora. Por este motivo, cláusulas desgarradas constituem-se como unidades informacionais, que podem se soltar de sua principal, com a qual mantém relação semântica, e não mais sintática.

Conforme aponta Decat (1999), orações menos dependentes têm mais chances de se tornarem desgarradas. Logo, cláusulas adverbiais e adjetivas explicativas podem se “desgarrar” de suas principais, enquanto, cláusulas que têm função de complemento ou de adjetivo restritivo só o fazem em casos específicos, como em paráfrases.

Na visão da autora, cláusulas completivas não podem ocorrer de modo independente, visto que são argumentos do verbo. Segundo Decat (1999), o desgarramento de uma completiva

só pode se dar em situação de paráfrase. Assim, cláusulas completivas, que se integram estruturalmente a outras, não podem se desgarrar, dado o seu *status* argumental.

Decat (1999) explica que o isolamento de cláusulas parafrásticas é aceito, pois a desgarrada, neste caso, é apenas a repetição da cláusula subordinada, que junto a principal, veiculou a unidade informacional da proposição anteriormente expressa. Vejamos o exemplo da autora:

"Todas as sugestões feitas nos textos anteriores só farão sentido se os professores estiverem convencidos- ou puderem ser convencidos- de que o domínio efetivo e ativo de uma língua dispensa o domínio de uma meta linguagem técnica. Em outras palavras, se ficar claro que conhecer uma língua é uma coisa e conhecer sua gramática é outra. Que saber uma língua é uma coisa e saber analisá-la é outra. Que saber usar mas regras é uma coisa e saber explicitamente quais são as regras é outra. Que se pode falar e escrever numa língua sem saber nada 'sobre' ela, por um lado, e que, por outro lado, é perfeitamente possível saber muito 'sobre' uma língua sem saber dizer uma frase nessa língua em situações reais." (Possenti, 1996, p. 53-54) (Grifo da autora)

Em seu exemplo, Decat (2011) mostra que as cláusulas completivas desgarradas foram aceitas como produtivas uma vez que são paráfrases da oração que a antecede. Segundo a autora, *Que saber uma língua é uma coisa e saber analisá-la é outra* parafraseia a oração que a antecede: *que conhecer uma língua é uma coisa e conhecer sua gramática é outra*. E, por este motivo, como afirma, ela pode se desgarrar e atuar de maneira autônoma sintaticamente.

Contudo, Rodrigues (2021) afirma que o desgarramento de orações completivas pode ocorrer sob outras circunstâncias. A seguir, discutiremos sobre os conceitos de cláusulas desgarradas cotextual, contextual e inerentemente pragmática postulados pela autora.

4.2 Desgarradas ou insubordinadas?

Segundo Rodrigues (2021), desgarramento é a realização de uma oração subordinada sem vinculação sintática com uma principal. A autora enfatiza que a informação essencial de uma proposição não é, necessariamente, veiculada por uma oração principal. Logo, compreendemos que cláusulas com aparência de subordinadas podem ocorrer de modo independente.

Rodrigues (2021) assegura que cláusulas completivas podem se materializar de forma independente; o que difere de Decat (1999), que ratifica que completivas só podem ocorrer de modo desgarrado caso estas sejam paráfrases de outra completiva, como explicado anteriormente. Em sua obra, Rodrigues (2021) analisou 464 postagens das redes sociais e encontrou 410 cláusulas desgarradas e 54 não desgarradas. Entre os dados obtidos, 346 são de cláusulas desgarradas completivas.

Para explicar a ocorrência e a diferença entre as desgarradas, Rodrigues (2021) propõe o que ela chama de “subcategorização para o fenômeno”. Assim, a autora afirma que as cláusulas devem ser analisadas e categorizadas como desgarradas *contextual*, *cotextual* e *inerentemente pragmática*. Observemos os exemplos fornecidos pela autora e suas respectivas categorizações.

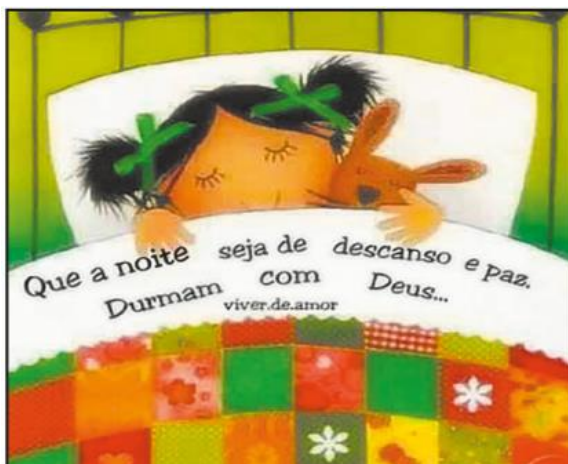
Exemplo 1:



Fonte: Timeline da autora
Rodrigues (2021)

A cláusula do exemplo anterior é categorizada como desgarrada “inerentemente pragmática” por Rodrigues (2021). Embora a cláusula *Que os dias felizes sejam longos* se inicie pela partícula *que*, não há nenhuma outra estrutura na qual a subordinada possa se unir e formar uma sentença complexa. Entretanto, por meio de nosso conhecimento de mundo, é possível compreender que a proposição exprime o desejo do autor.

Exemplo 2:



Fonte: timeline da autora

Rodrigues (2021)

No exemplo 2, o sentido da oração *Que a noite seja de descanso e paz* é corroborado pela imagem de fundo. Logo, como afirma a autora, o contexto serve de auxílio para a compreensão da mensagem.

Exemplo 3:



Fonte: timeline da autora

Rodrigues (2021)

De acordo com Rodrigues (2021), a cláusula *que venha lindo...* tem relação com o SN *setembro*, de modo que evidencia que o desejo do autor se refere ao mês. Logo, compreende-se que a mensagem é transmitida através da articulação entre a desgarrada e outro material

linguístico ao qual ela faz menção. Por este motivo Rodrigues (2021) a classifica como uma cláusula desgarrada cotextual.

Em conclusão, Rodrigues (2021) assegura que cláusulas completivas podem se materializar de forma independente, sem que ocorram apenas como paráfrases. Além disso, a autora classificou as cláusulas como *completivas desgarradas* e *completivas insubordinadas*. Em suas palavras:

Diante desse quadro teórico e levando em consideração a análise empreendida por Rodrigues (2019), optamos por denominar as completivas de desgarradas, portanto, mantendo a designação originalmente dada por Decat (1999), apenas nos casos em que houver algum material linguístico a ser recuperado (...). No entanto, cláusulas completivas em que não há material linguístico a ser recuperado em discurso adjacente são consideradas insubordinadas (...). Sendo assim, há completivas desgarradas e completivas insubordinadas, distinção essa que amplia ainda mais a análise de Rodrigues (2019). Entendemos, portanto, que a completiva insubordinada é uma cláusula que funciona como unidade informacional, geralmente constituída de sete a nove palavras, bastante frequente nas postagens do Facebook, cuja interpretação é feita inferencialmente, com base no conhecimento de mundo dos falantes na situação comunicativa.

Com base nas obras dos autores discutidos, em especial, na teoria de Elipse de Evans (2007), na hipótese de Unidade Informacional de Decat (1999), e das subcategorias e redefinições de Rodrigues (2021), que contribuíram para que pudéssemos identificar e classificar as cláusulas insubordinadas, analisamos os dados obtidos dos *corpora* Bíblia Sagrada e Letras Music, para a comprovação da tese do uso de cláusulas insubordinadas em contextos religiosos como ferramenta de interação interpessoal.

Para analisar os dados de nosso *corpus*, apresentaremos, a seguir, a metodologia utilizada para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Nela, além da apresentação dos dados que encontramos, mostramos o que investigamos em cada um deles.

5. METODOLOGIA

Foram lidas as treze cartas escritas pelo apóstolo Paulo para as igrejas das cidades de Roma, Coríntios, Gálata, Éfeso, Filipo, Colosso, Tessalônica, ao jovem Timóteo, a Tito e a Filemon. As cartas são intituladas de Romanos, I Coríntios, II Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, I Tessalonicenses, II Tessalonicenses, I Timóteo, II Timóteo, Tito e Filemon. As nove primeiras cartas foram escritas para todas as comunidades das referidas cidades. As quatro últimas são cartas pessoais de instruções ou consolo a amigos. Para a análise, retiramos os dados da Bíblia Sagrada, versão Nova Almeida Atualizada (NAA).

Do *corpus site* Letras, foram extraídas letras de treze músicas religiosas. Todos os cantores listados a seguir são do universo gospel. Em especial, de igrejas Batistas, Presbiterianas, Assembleias tradicionais e renovadas. Seus títulos são: A Benção, de Gabriel Guedes; Até Outra Vez, do Projeto Sola; Tua Presença, de Paulo Neto; Vem com Teu Saber, de Jovi Barbosa; Que Ele Cresça, de Deigma Santos; Vem Senhor, de Estela Laura; Hino ao Amor, de Sérgio Pimenta; Que Sejas meu universo, do grupo Oficina G3; Paixão e Devoção, da equipe Discopraise; Uma Chance Igual a Essa, do Ministério Ipiranga; A Casa é Sua, do grupo Casa Worship; Venha o Teu Reino, de Davi Sacer. Posteriormente, realizou-se a análise de todo o material obtido, com a finalidade de classificar as orações insubordinadas encontradas nos *corpora* segundo os critérios a seguir:

1. Noção semântico-pragmática das cláusulas;
2. Tipo de insubordinação;
3. Modo e tempo verbal;
4. Padrão estrutural;
5. Introdutor;
6. Natureza da cláusula;
7. Forma.

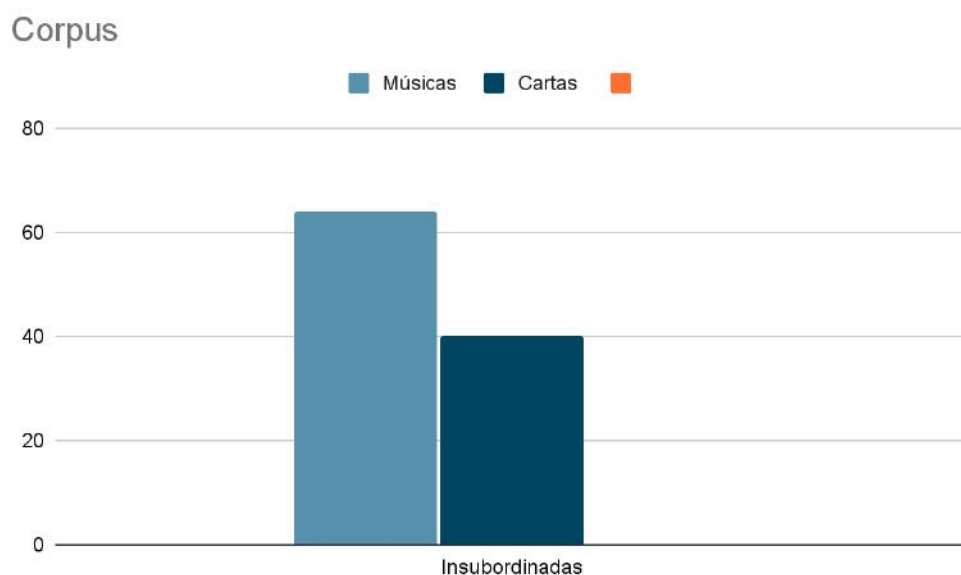
Em 1, buscamos entender se as cláusulas estabeleciam a noção de desejo/vontade ou se tinham funções deônticas de ordem/exortação/aconselhamento. Já em 2, procuramos entender se o significado de tais cláusulas eram apreendidos pelo contexto, cotexto ou por meio de inferência pragmática. No critério 3, observamos quais os tempos e modos verbais predominaram nos dados. No item 4, analisamos o padrão estrutural de cada dado. Se

constituído de introdutor + SN + SV, ou se de introdutor + SV + SN. Em 5, destacamos os introdutores utilizados nas cláusulas. Vimos, em 6, a origem da estrutura das cláusulas; se adverbiais ou completivas, a fim de computarmos apenas as completivas. E, por fim, em 7, averiguamos se as cláusulas tinham forma desenvolvida ou reduzida. Apresentaremos, a seguir, os resultados obtidos. Reiteramos que fizemos uma análise tanto qualitativa tanto quantitativa para alcançar nossos objetivos.

6. RESULTADOS

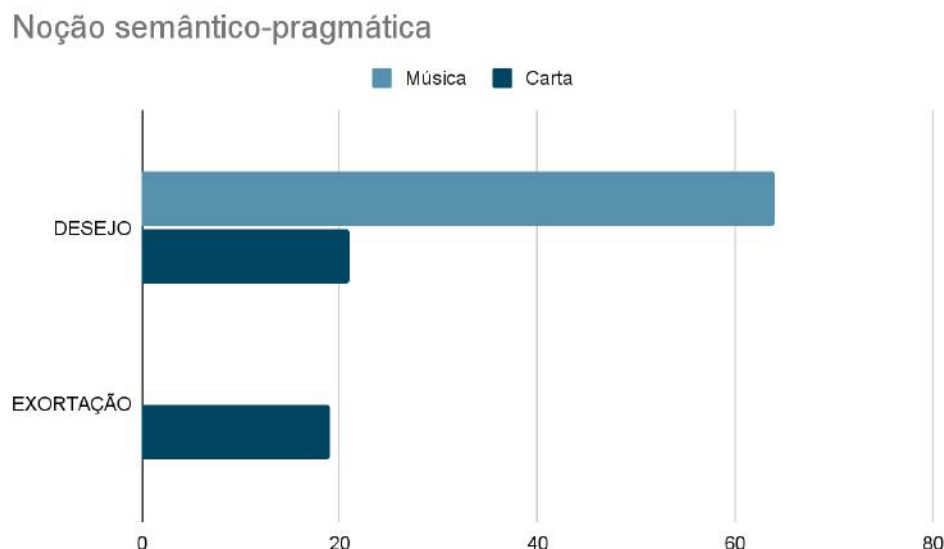
O gráfico 1 a seguir mostra os dados encontrados, distribuídos pelos *corpora* analisados. Dos 140 dados analisados, 36 foram descartados porque, embora apresentassem características de insubordinação, no contexto, seu comportamento não era de uma insubordinada. Isso significa dizer que de insubordinadas tivemos 104 casos.

Gráfico 1:



Em nossa análise, identificamos 64 cláusulas insubordinadas presentes nas músicas e 40 nas cartas da Bíblia. A seguir, temos o gráfico 2 em que se discrimina as noções semântico-pragmáticas das 104 cláusulas insubordinadas.

Gráfico 2:



No gráfico 2, registramos as noções semântico-pragmáticas encontradas nas cláusulas. Das 60 cláusulas extraídas das cartas, apenas 40 se confirmaram insubordinadas. Vimos que 19 são falas de exortação do apóstolo para o povo; e que 21 delas são utilizadas pelo autor para expressar os desejos de seu coração. Separamos 80 cláusulas das músicas para análise, mas apenas 64 passaram nos testes. Dentre as músicas, foram encontradas 64 cláusulas que exprimem desejo e nenhuma com teor de exortação ou aconselhamento. Assim, do total geral das 140 cláusulas analisadas, confirmou-se que 104 eram insubordinadas “completivas”.

As 104 cláusulas “completivas” insubordinadas encontradas apresentam um padrão com verbos no subjuntivo presente, são iniciadas pela conjunção integrante *que*, são de natureza completiva, seus tipos são contextuais e todas se apresentam na forma desenvolvida. O padrão estrutural das cláusulas varia entre introdutor QUE + SN + SV e introdutor QUE + SV + SN.

Dentre as 60 cláusulas obtidas do *corpus* Bíblia Sagrada, temos 40 insubordinadas completivas e 20 cláusulas que atribuíam consequências à estrutura a qual ela mantinha relação, e, portanto, não puderam ser julgadas como insubordinadas completivas. Todas as cláusulas encontradas são contextuais. Isto é, os significados destas foram apreendidos a partir dos elementos que as circundam. Neste caso, o gênero textual carta e o teor das mensagens. 19 cláusulas manifestam noção semântico-pragmática de exortação/aconselhamento e 21

exprimem os desejos do autor. A pontuação predominante é o ponto final. Destacamos a seguir alguns exemplos dos padrões estruturais encontrados.

Exemplo 1:

¹ Paulo e Timóteo, servos de Cristo Jesus, a todos os santos em Cristo Jesus, inclusive bispos e diáconos que vivem em Filipos.

² **Que a graça e a paz de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo estejam com vocês.**

³ Dou graças ao meu Deus por tudo o que lembro de vocês,

⁴ fazendo sempre, com alegria, súplicas por todos vocês, em todas as minhas orações.

⁵ Dou graças pela maneira como vocês têm participado na proclamação do evangelho, desde o primeiro dia até agora.

⁶ Estou certo de que aquele que começou boa obra em vocês há de completá-la até o Dia de Cristo Jesus. (Filipenses 1:1-6 - NAA)

Exemplo 2:

¹ Paulo, chamado pela vontade de Deus para ser apóstolo de Cristo Jesus, e o irmão Sóstenes,

² à igreja de Deus que está em Corinto, aos santificados em Cristo Jesus, chamados para ser santos, com todos os que em todos os lugares invocam o nome de nosso Senhor Jesus Cristo, Senhor deles e nosso.

³ **Que a graça e a paz de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo estejam com vocês.**

⁴ Sempre dou graças ao meu Deus por vocês, por causa da graça de Deus que foi dada a vocês em Cristo Jesus.

⁵ Porque em tudo vocês foram enriquecidos nele, em toda a palavra e em todo o conhecimento,

⁶ assim como o testemunho de Cristo tem sido confirmado em vocês,

⁷ de maneira que não lhes falta nenhum dom, enquanto aguardam a revelação de nosso Senhor Jesus Cristo. (1 Coríntios 1:1-7 - NAA)

Exemplo 3:

²⁵ Do mesmo modo, depois da ceia, pegou também o cálice, dizendo: "Este cálice é a nova aliança meu sangue; façam isto, todas as vezes que o beberem, em memória de mim."

²⁶ Porque, todas as vezes que comerem este pão e beberem o cálice, vocês anunciam a morte do Senhor, até que ele venha.

²⁷ Por isso, aquele que comer o pão ou beber o cálice do Senhor indignamente será réu do corpo e do sangue do Senhor.

²⁸ **Que cada um examine a si mesmo e, assim, coma do pão e beba do cálice.** (1 Coríntios 11:25,26 - NAA)

Nos exemplos 1 e 2, temos orações insubordinadas “completivas” desenvolvidas, cujo padrão estrutural é QUE + SN + SV. A pontuação que antecede as cláusulas é o ponto final; a noção semântico-pragmática estabelecida é de desejo; o tipo é contextual. Em *Que a graça e a paz de Deus, o nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo estejam com vocês!*, o autor está exprimindo o desejo do seu coração em relação ao destinatário da carta, os cristãos moradores das cidades de Filipo e Corintos. Em 3, temos os mesmos padrões estruturais que em 1 e 2. Contudo, o que as difere são as noções semântico-pragmáticas de cada uma delas. Em 1 e 2 trata-se do desejo do autor, já em 3, o autor utiliza tal construção para exortar/aconselhar a mesma igreja que inicialmente ele havia saudado.

Exemplo 4:

30. E não entristeçam o Espírito Santo de Deus, no qual vocês foram selados para o dia da redenção. **31 Que não haja no meio de vocês qualquer amargura, indignação, ira, gritaria e blasfêmia, bem como qualquer maldade.**

Exemplo 5:

¹ Lembre a todos que se sujeitem aos governantes e às autoridades, que sejam obedientes e estejam prontos para toda boa obra.

² **Que não difamem ninguém. Que sejam pacíficos, cordiais, dando provas de toda cortesia para com todos.**

³ Pois nós também, no passado, éramos insensatos, desobedientes, desgarrados, escravos de todo tipo de paixões e prazeres, vivendo em maldade e inveja, sendo odiados e odiando-nos uns aos outros. (Tito 3:1-3 - NAA)

Em 4 e 5, verifica-se o padrão estrutural introdutor QUE + SV; antecedido por um ponto final; são cláusulas contextuais em forma desenvolvida, cuja noção semântico-pragmática é de exortação/aconselhamento. A cláusula *Que não haja no meio de vocês qualquer amargura, indignação, ira, gritaria e blasfêmia, bem como qualquer maldade.* é usada pelo remetente para admoestar os moradores de Éfeso a não cultivarem ou permitirem que sentimentos e comportamentos ruins permanecessem entre eles. Já em *Que não difamem ninguém. Que sejam pacíficos, cordiais, dando provas de toda cortesia para com todos*, o autor ordena que Tito ensine os fiéis a viverem de forma pacífica e moral, e em submissão às autoridades.

Das treze canções escolhidas, encontramos 80 cláusulas para análise. Dentre as cláusulas analisadas, 64 foram classificadas como insubordinadas “completivas” e 16 não se encaixaram nos critérios de identificação. As 64 cláusulas são contextuais. Não foi encontrada pontuação terminativa expressa em nenhuma das cláusulas. Todas veiculam a noção

semântico-pragmática de desejo, são iniciadas pela conjunção integrante *que* e estão no modo subjuntivo presente. Os padrões estruturais se alternam entre introdutor QUE + SN + SV e introdutor QUE + SV + SN. Vejamos nas estrofes a seguir os exemplos de cada estrutura:

Exemplo 1:

Que a estrada se abra à tua frente
Que o vento sopra em teu rosto
Que o Sol resplandeça em tua face
E que a chuva caia suave em teus campos
 E mesmo ao se levantar sozinho
 Que Deus lhe envolva em Seu amor

Exemplo 2:

Eu vou gritar bem alto para toda Terra ouvir
 Vem, Senhor, e tira todo eu
 E tira tudo o que não é seu de mim

Que Ele cresça, que Ele apareça
Que Ele cresça, que Ele apareça
 Vem Senhor, vem Senhor, vem Senhor

Que Ele cresça, que Ele apareça
Que Ele cresça, que Ele apareça
 Vem Senhor, vem Senhor, vem Senhor

Nos exemplos 1 e 2, temos cláusulas insubordinadas “completivas” contextuais com o padrão estrutural introdutor QUE + SN + SV, cuja noção semântico-pragmática é de desejo.

Exemplo 3:

Que sejas meu universo
 Não quero dar-Te só um pouco do meu tempo
 Não quero dar-Te um dia apenas da semana

Que sejas meu universo
 Não quero dar-Te as palavras como gotas
 Quero que saia um dilúvio de bênçãos da minha boca

Exemplo 4:

Só eu sei o que passei até aqui
Na estrada da vida
Segunda chance que de Ti eu recebi
Sarado das feridas
Valeu a pena deixar queimar
Paixão e devoção

Que sejas meu farol

Sejas meu abrigo
Seja minha ponte, o meu auxílio
Seja minha força, seja o meu respirar
Minha espada e meu escudo

Em 3 e 4, o padrão estrutural introdutor QUE + SV + SN dá corpo a cláusulas insubordinadas “completivas” contextuais, cuja noção semântico-pragmática é de desejo. Com o auxílio do contexto, poderíamos inferir em todos os exemplos destacados cláusulas principais como “eu desejo”, “eu espero” ou “eu oro/rezo para”. Verificamos, também, que todas as cláusulas se parecem estruturalmente com orações completivas e se apresentam na forma desenvolvida com verbos no subjuntivo presente. Após a análise dos dados algumas conclusões puderam ser feitas. Assim, a seguir, teceremos as palavras finais sobre as respostas que obtivemos ao longo da produção desta pesquisa.

7. CONCLUSÃO

Com base na análise dos dados apresentados, verificamos que as cláusulas insubordinadas são um recurso importante na narrativa dos textos religiosos. Percebemos que os falantes/escreventes optam por cláusulas insubordinadas dada as funções de coerção interpessoal que elas exercem. Notamos, também, que a natureza dialógica das cartas e das canções propiciam um contexto apropriado para o uso de insubordinadas.

Chamou nossa atenção as cartas de II Tessalonicenses e I Coríntios por serem opostas, mas que, apesar disso, usaram insubordinadas que contribuíram para que a mensagem fosse transmitida. Na carta aos moradores de Corintos, o escrevente exorta e admoesta, por diversas vezes, a conduta que os fiéis daquela região estavam tendo. Por outro lado, o apóstolo envia cartas aos Tessalônicos para elogiá-los por sua hospitalidade e amor. Em vista disso, reforçamos a diversidade funcional que orações insubordinadas podem desempenhar no uso.

Entendemos que o gênero textual carta serviu de pano de fundo para que as insubordinadas pudessem ser empregadas, uma vez que aquele tem como função principal a comunicação entre remetente e destinatário. Além disso, depreendemos que o autor utilizou cláusulas insubordinadas devido ao seu caráter exortativo. O escrevente, por diversas vezes, aconselha e exorta aos cristãos moradores das cidades que recebem as cartas. Nos conteúdos das cartas, vimos que o apóstolo é um instrutor que se empenha em advertir e aconselhar os irmãos na fé. Logo, estruturas insubordinadas são um recurso por meio do qual essas admoestações podem se materializar de forma objetiva.

O gênero textual canção exige precisão linguística, uma vez que as músicas são formadas por versos e estrofes que devem rimar e transmitir sentido. Tais exigências precisam ser milimetricamente ordenadas. Ou seja, o modo como as frases se organizam importa para que a mensagem faça sentido, como defendem Martelotta e Kennedy (2003), cujas ideias foram exploradas neste trabalho.

Nas canções analisadas, vimos uma preferência por cláusulas insubordinadas para expressar os desejos do coração do cantor/compositor/ouvinte. Todas as letras das músicas são regadas de petições e clamores, e as insubordinadas contribuíram para que essas preces fossem manifestadas de maneira clara e direta.

O estudo feito buscou elucidar as motivações para o uso de cláusulas subordinadas dentro das narrativas religiosas. Contudo, admitimos que este trabalho não foi capaz de esgotar todas as cláusulas e todas as suas funções. Por isso, compreendemos que estudos futuros serão necessários para dar continuidade a esta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARONI, Gabriela do Couto; RODRIGUES, Violeta Virginia. Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 1, p. 305–330, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1732>. Acesso em: 1 maio 2025.

BÍBLIA. Bíblia Sagrada: Nova Almeida Atualizada. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.

CORADINI, Maria Carolina. Os estágios de insubordinação em construções condicionais com a conjunção *se* no português: evidências históricas. **Working Papers em Linguística (Online)**, v. 22, p. 318–345, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/75334>. Acesso em: 1 maio 2025.

COSTA, Ariane Pinto. **Desgarramento e insubordinação no livro de Salmos**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras: Português-Literaturas) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Violeta Virginia Rodrigues. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/18291>. Acesso em: 1 maio 2025.

CRISTOFARO, Sonia. Routes to insubordination: A cross-linguistic perspective. In: EVANS, Nicholas (Ed.). **Subordination and insubordination**. [s.l.]: [s.n.], 2016. p. 93–124.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de "unidade informacional". **Scripta (Linguística e Filologia)**, v. 2, n. 4, p. 23–38, 1º sem. 1999. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6165754.pdf>. Acesso em: 1 maio 2025.

EVANS, Nicholas. Insubordination and its uses. In: **Folia Linguistica**, v. 41, n. 3–4, p. 367–390, 2007.

HIRATA-VALE, Flávia Bezerra de Menezes. **O processo de insubordinação nas construções condicionais do português do Brasil**. Leuven: Katholieke Universiteit Leuven, 2015. Relatório Científico Final (Bolsa de Pesquisa no Exterior – FAPESP, processo n. 13/24523-2).

LETRAS.MUS.BR. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br>. Acesso em: 1 maio 2025.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; KENEDY, Eduardo. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 5–20.

MITHUN, Marianne. The extension of dependency beyond the sentence. **Language**, v. 84, n. 1, p. 69–119, 2008.

RODRIGUES, Violeta Virginia. **Cláusulas sem núcleo em português: desgarramento ou insubordinação?** São Paulo: Blucher, 2021. Disponível em: https://www.blucher.com.br/clausulas-sem-nucleo-em-portugues-desgarramento-ou-insubordinacao_9786555500554. Acesso em: 1 maio 2025.

RODRIGUES, Violeta Virginia (Org.). **Articulação de orações: pesquisa e ensino**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.